



Ludesa Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	10
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	15
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	16
(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR	17
(9) OUTROS ATIVOS	17
(10) IMOBILIZADO.....	18
(11) INTANGÍVEL	19
(12) FORNECEDORES	19
(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER.....	20
(14) ADIANTAMENTO DE CLIENTES	20
(15) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	20
(16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
(17) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	21
(18) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	22
(19) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22
(20) RESULTADO FINANCEIRO	22
(21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
(22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	23
(23) SEGUROS.....	24
(24) GESTÃO DE RISCOS.....	24
(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	26
(26) COMPROMISSOS.....	28

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da LUDESA Energética S.A. (“Ludesa” ou “Companhia”), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da CPFL Energia e podem ser acessadas em www.cpf.com.br/ri.

Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar.

Para mais informações, acesse a nossa [Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão](#).

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2025, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 57.940, comparando com o lucro de R\$ 55.439 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 14.571 a título de distribuição de dividendos adicionais e R\$ 39.397 a título de dividendos intermediários.

A Administração

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente Financeiro Sênior
CRC 1SP321353/O-4

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpf.com.br/ri.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ludesa Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ludesa Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contador CRC 1SP291166/O-4

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.475	3.084
Títulos e valores mobiliários	6	704	-
Concessionárias e permissionárias	7	9.150	7.443
Imposto de renda e contribuição social a compensar e outros tributos a compensar	8	3.442	3.164
Outros ativos	9	582	294
Total do circulante		16.353	13.985
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a compensar e outros tributos a compensar	8	910	802
Imobilizado	10	65.480	68.608
Intangível	11	8.226	8.938
Total do não circulante		74.616	78.348
Total do ativo		90.969	92.333
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	12	1.113	961
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recolher	13	876	716
Dividendos		-	1.594
Adiantamento de clientes	14	896	27
Outras contas a pagar	15	557	561
Total do circulante		3.442	3.861
Patrimônio líquido			
Capital social	16	52.521	54.521
Reserva de capital		17.921	17.921
Reserva legal		7.464	7.464
Ações em tesouraria		(4.950)	(4.950)
Dividendos		14.571	13.516
		87.527	88.472
Total do passivo e do patrimônio líquido		90.969	92.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	17	70.558	65.757
Custo com energia elétrica	18	(5.108)	(2.092)
Custo com operação		(7.510)	(8.226)
Depreciação e amortização		(4.707)	(5.386)
Outros custos com operação	19	(2.803)	(2.840)
Lucro operacional bruto		57.940	55.439
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(1)	(1)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1)	(1)
Despesas gerais e administrativas		(2.274)	(1.705)
Depreciação e amortização		(12)	(7)
Outras despesas gerais e administrativas	19	(2.262)	(1.698)
Resultado do serviço		55.665	53.733
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		839	1.203
Despesas financeiras		(70)	(56)
		769	1.147
Lucro antes dos tributos		56.434	54.880
Contribuição social	21	(853)	(835)
Imposto de renda	21	(1.613)	(1.870)
		(2.466)	(2.704)
Lucro líquido do exercício		53.968	52.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	<u>53.968</u>	<u>52.176</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>53.968</u>	<u>52.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de Lucro		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Dividendo		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	58.721	17.921	(4.950)	7.646	13.051	-	92.389
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	52.176	52.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.176	52.176
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	(182)	-	-	(182)
Reversão de reserva legal	-	-	-	(182)	-	-	(182)
Transações de capital com os acionistas	(4.200)	-	-	-	465	(52.176)	(55.911)
Redução de capital	(4.200)	-	-	-	-	-	(4.200)
Realização de dividendos propostos 2023	-	-	-	-	(13.051)	-	(13.051)
Dividendo Adicionais proposto	-	-	-	-	13.516	(13.516)	-
Dividendo Intermediários	-	-	-	-	-	(38.660)	(38.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	54.521	17.921	(4.950)	7.464	13.516	-	88.472
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	53.968	53.968
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.968	53.968
Transações de capital com os acionistas	(2.000)	-	-	-	1.055	(53.968)	(54.913)
Redução de capital	(2.000)	-	-	-	-	-	(2.000)
Realização de dividendos propostos 2024	-	-	-	-	(13.516)	-	(13.516)
Dividendo Adicionais proposto	-	-	-	-	14.571	(14.571)	-
Dividendo Intermediários	-	-	-	-	-	(39.397)	(39.397)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	52.521	17.921	(4.950)	7.464	14.571	-	87.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes dos tributos	56.434	54.880
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.720	5.393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	1
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(1)	-
Perda (ganho) na baixa de não circulante	5	93
	<u>61.159</u>	<u>60.367</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(1.708)	1.746
Tributos a compensar	(386)	1.364
Outros ativos operacionais	71	9
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	152	(59)
Outros tributos e contribuições sociais	23	(381)
Outros passivos operacionais	863	(652)
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>60.174</u>	<u>62.394</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(2.330)</u>	<u>(2.476)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>57.844</u>	<u>59.918</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(1.083)	(244)
Aquisições de intangível	(13)	(148)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(3.135)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	2.285	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(1.946)</u>	<u>(392)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de capital	(2.000)	(4.200)
Dividendos pagos	<u>(54.507)</u>	<u>(54.891)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(56.507)</u>	<u>(59.091)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(609)	435
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.084	2.649
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.475</u></u>	<u><u>3.084</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A LUDESA ENERGÉTICA S.A. (“Ludesa” ou “Companhia”) é uma companhia por ações de capital fechado, que tem por objeto social, exclusivamente, a exploração do potencial Hídrico do Rio Chapecó, localizado no estado de Santa Catarina, através do desenvolvimento e da implementação da pequena Central hidrelétrica da Ludesa (PCH Ludesa). A Companhia tem sua sede social e foro na Linha da Balsa Velha, rua principal s/nº, na cidade de Iguaçú, Estado de Santa Catarina.

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL representado pelo seguinte empreendimento a seguir:

PCH	Data da Resolução	Resolução original	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
LUDESA	17/02/2002	REA 705	30 anos	30

O prazo da autorização é contado a partir da data da sua assinatura.

A Companhia é uma controlada direta da CPFL Energia Renováveis S.A. e acordo de acionistas depositado na Companhia.

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo;
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia;
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor;

O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada frente as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar

riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas

Segmento de geração: Foco em fontes renováveis e inovações para segurança de barragens e eficiência dos ativos, como a plataforma Hydro 4.0, que integra soluções digitais da indústria 4.0; a diversificação do portfólio e repactuação do GSF (*Generation Scalling Factor*).

1.3 Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (“MCSE”) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 19 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 25 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 7 – Concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

Nota 25 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo);

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos

financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

• Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração

subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

- Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação e ou/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado, ou conforme previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários

na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

3.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total faturado pela Companhia.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.8 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis

Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível,

informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 25) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	5	2.073
Aplicações financeiras	<u>2.470</u>	<u>1.011</u>
Títulos de crédito privado (a)	1.819	1.011
Fundos de investimento (b)	<u>651</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.475</u>	<u>3.084</u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 97,41% do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”) (100,85% em 31 de dezembro de 2024).

(b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 99,21% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2025</u>
Títulos e valores mobiliários	
Através de fundos de investimentos	<u>704</u>
Total	<u>704</u>

Em 31 de dezembro de 2025 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2025 é de 99,21% do CDI.

(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	<u>Saldos</u>		<u>Vencidos</u>		<u>Total</u>	
	<u>vincendos</u>	<u>até 90 dias</u>	<u>> 90 dias</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	
Circulante						
Operações realizadas na CCEE	437	1	-	438	419	
Concessionárias e permissionárias	<u>1.432</u>	<u>7.279</u>	<u>2</u>	<u>8.713</u>	<u>7.025</u>	
	<u>1.869</u>	<u>7.280</u>	<u>2</u>	<u>9.151</u>	<u>7.444</u>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	
Total				<u>9.150</u>	<u>7.443</u>	

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) - a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	452	417
Programa de integração social - PIS	532	489
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.458	2.258
Outros tributos a compensar	3.442	3.164
Total circulante	3.442	3.164
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	392	348
Imposto de renda a compensar - IRPJ	518	454
Imposto de renda e contribuição social a compensar	910	802
Total não circulante	910	802

(9) OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cauções, fundos e depósitos vinculados	147	-
Despesas antecipadas	405	262
Outros	31	32
Total	582	294

(10) IMOBILIZADO

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2023	16.269	10.346	8.670	35.260	-	21	2.625	73.191
Custo histórico	24.616	21.033	19.485	91.145	20	32	2.625	158.956
Depreciação acumulada	(8.347)	(10.687)	(10.815)	(55.885)	(20)	(11)	-	(85.765)
Adições	-	-	-	-	-	-	244	244
Baixas	-	-	(38)	(42)	-	(24)	-	(104)
Transferências	54	-	309	818	-	-	(1.181)	-
Depreciação	(365)	(673)	(334)	(3.405)	-	-	-	(4.798)
Baixa da depreciação	-	-	16	35	-	3	-	75
Saldo em 31/12/2024	15.958	9.673	8.624	32.666	-	-	1.688	68.608
Custo histórico	24.670	21.033	19.757	91.921	20	8	1.688	159.096
Depreciação acumulada	(8.712)	(11.360)	(11.133)	(59.255)	(20)	(8)	-	(90.488)
Adições	-	-	-	-	-	-	1.084	1.084
Baixas	-	-	-	(155)	-	-	-	(155)
Transferências	-	-	233	610	-	-	(843)	-
Depreciação	(905)	(947)	(609)	(1.682)	-	-	-	(4.143)
Baixa da depreciação	-	-	-	86	-	-	-	86
Saldo em 31/12/2025	15.053	8.726	8.248	31.524	-	-	1.929	65.480
Custo histórico	24.670	21.033	19.990	92.375	20	8	1.929	160.025
Depreciação acumulada	(9.617)	(12.307)	(11.742)	(60.851)	(20)	(8)	-	(94.545)
Taxa média de depreciação 2025	9,41%	7,69%	5,19%	2,76%	-	-		
Taxa média de depreciação 2024	4,19%	5,92%	3,00%	5,75%	-	-		

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(11) INTANGÍVEL

	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	9.385	54	9.439
Custo histórico	10.966	54	11.020
Amortização acumulada	(1.581)	-	(1.581)
Adições	-	148	148
Amortização	(595)	-	(595)
Transferência - intangíveis	-	(54)	(54)
Saldo em 31/12/2024	8.790	148	8.938
Custo histórico	10.966	148	11.114
Amortização acumulada	(2.176)	-	(2.176)
Adições	14	-	14
Amortização	(578)	-	(578)
Baixas	-	(148)	(148)
Saldo em 31/12/2025	8.226	-	8.226
Custo histórico	10.980	-	10.980
Amortização acumulada	(2.754)	-	(2.754)

11.1 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve necessidade de registro de provisão para recuperação ao valor recuperável.

(12) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	507	258
Encargos de uso da rede elétrica	102	103
Materiais e serviços	505	600
Total	1.113	961

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	429	341
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	227	179
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>656</u>	<u>519</u>
Programa de integração social - PIS	38	33
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	177	154
Outros	4	10
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>219</u>	<u>197</u>
Total Circulante	<u><u>876</u></u>	<u><u>716</u></u>

(14) ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento de clientes	896	27
Total	<u><u>896</u></u>	<u><u>27</u></u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 referem-se, substancialmente, aos recebimentos de clientes pelo fornecimento de energia, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento relacionado.

(15) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a Pagar - Intercompany	546	551
Taxas regulamentares	11	10
Total SS	<u><u>557</u></u>	<u><u>561</u></u>

Contas a Pagar – Intercompany - Refere-se a saldos de pagamentos intercompany pelo rateio de despesas da holding, registrados conforme critérios previamente acordados.

(16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está distribuída da seguinte forma:

Acionistas	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energias Renováveis S.A.	31.493.869	60%	32.693.869	60%
Ludesa Holding S.A.	20.995.912	40%	21.795.912	40%
Ações em Tesouraria	31.237	-	31.237	-
Total	<u><u>52.521.018</u></u>	<u><u>100%</u></u>	<u><u>54.521.018</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 52.521 (54.521 em 31 de dezembro de 2024), representado por 52.521.018 ações ordinárias nominativas (54.521.018 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2024) sem valor nominal, após redução de capital firmada pela AGE de 22 de outubro de 2025 no montante de R\$ 2.000 com cancelamento das respectivas ações ordinárias, mantendo-se as atuais participações societárias. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 17.921 (R\$ 17.921 em 31 de dezembro de 2024), representado pela seguinte abertura: i) reserva de capital ágio emissão de ações R\$ 12.971 (R\$ 12.971 em 31 de dezembro de 2024) e ii) outras reservas R\$ 4.950 (R\$ 4.950 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucro em 31 de dezembro 2025 é de R\$ 7.464 (R\$ 7.464 em 31 de dezembro 2024), que compreende a Reserva Legal

Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 21 de janeiro de 2025 foi aprovada a declaração de dividendos adicionais de R\$ 13.516 referente ao exercício de 2024, totalmente pagos em 2025.

A Companhia está propondo para o exercício de 2025, o montante de R\$ 14.571 de dividendos adicionais.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do exercício	53.968
Dividendos intermediários	(39.397)
Dividendos adicionais propostos	(14.571)

Os dividendos intermediários foram declarados no decorrer de 2025, conforme AGE's publicadas nas datas abaixo:

R\$ 12.970 em 22 de abril de 2025, R\$ 13.704 em 20 de julho de 2025 e R\$ 12.722 em 22 de outubro de 2025.

(17) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	73.084	68.173
Energia elétrica de curto prazo	271	165
Total da receita operacional bruta	73.355	68.338
Deduções da receita operacional		
PIS	(477)	(446)
COFINS	(2.201)	(2.012)
Outros	(119)	(125)
	(2.797)	(2.583)
Receita operacional líquida	70.558	65.757
Receita de operações com energia elétrica - em GWh		
Suprimento de energia elétrica	179	192
Total	179	192

(18) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Custos com energia elétrica	2025	2024
Energia de curto prazo	(3.836)	(850)
	(3.836)	(850)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.287)	(1.252)
Encargos de serviço do sistema	15	10
	(1.272)	(1.243)
Total dos custos com energia elétrica	(5.108)	(2.092)
	2025	2024
Energia comprada para revenda (em GWh)	11	7
Total dos custos com energia elétrica	11	7

(19) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais					
	Custo com operação		Despesas Operacionais Gerais e administrativas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Material	(170)	(81)	(72)	(61)	(242)	(142)
Serviços de terceiros	(2.279)	(2.183)	(2.069)	(1.442)	(4.348)	(3.625)
Outros	(354)	(576)	(121)	(195)	(475)	(771)
Arrendamentos e aluguéis	(62)	(89)	(101)	(96)	(163)	(185)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	(12)	-	(12)	-
Perda na alienação e desativação	-	-	(5)	(93)	(5)	(93)
Amortização de prêmio pago - GSF	-	(197)	-	-	-	(197)
Outros	(292)	(290)	(3)	(6)	(295)	(296)
Total	(2.803)	(2.840)	(2.262)	(1.698)	(5.065)	(4.538)

(20) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	406	296
Atualização de créditos fiscais	300	903
Outros	133	3
Total	839	1.203
Despesas		
IOF	(54)	(23)
Multas e Juros sobre tributos	(14)	(28)
Outros	(2)	(5)
Total	(70)	(56)
Resultado financeiro	769	1.147

(21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para 2025 e 2024. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	56.434	56.434	54.880	54.880
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Efeito regime lucro presumido	(46.952)	(49.982)	(45.607)	(47.401)
Base de cálculo	9.482	6.452	9.273	7.479
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(853)	(1.613)	(835)	(1.870)
Total	(853)	(1.613)	(835)	(1.870)
Corrente	(853)	(1.613)	(835)	(1.870)

(22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”), que por sua vez, possui como controlador direto CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 49% das ações e como controlador direto a CPFL Energia com 51% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Alocação de despesas** - Refere-se a rateios de despesas de mão-de-obra entre a CPFL Renováveis e a Companhia.

As transações entre partes relacionadas são como segue:

	Passivo		Despesas	
	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesa				
Entidades sob o controle da CPFL Energia	191	178	(3.341)	(2.394)
Materiais e prestação de serviço				
Entidades sob o controle da CPFL Energia	355	401	(279)	(410)
Dividendos				
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	1.594	-	-

Pessoal-chave da Administração

A Companhia não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os diretores da Companhia são indicados pelos acionistas e não há remuneração paga a esses diretores pela Companhia.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(23) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Descrição	Ramo da apólice *	31/12/2025	31/12/2024
Ativo fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	600.000	600.000
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	90.000	90.000
Total		690.000	690.000

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(24) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a geração de energia elétrica de fontes renováveis.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Sociedade;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Sociedade;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a. Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b. Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c. Acompanhar o *status* dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 24.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo CPFL possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Sociedade estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo CPFL suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo CPFL tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*)	31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	2.475	2.475
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	704	704
Total				3.179	3.179

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa (ii) concessionárias e permissionárias.
- Passivos financeiros: fornecedores e (ii) taxas regulamentares.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	3.321	baixa CDI	14,90%	13,65%	453	340	227
Total	3.321				453	340	227
Efeitos no resultado do exercício					453	340	227

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	Total
Fornecedores	12	883	230	1.113
Taxas regulamentares e concessionárias	15	11	-	11
		286	-	286
Total		1.180	230	1.410

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes - Concessionárias e Permissionárias

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

(26) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

<u>Obrigações contratuais em 31/12/2025</u>	<u>Duração</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>4-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	35 anos	2.486	5.278	5.662	150.361	163.787
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	2 anos	2.474	5.271	5.647	63.752	77.144
Total		4.960	10.549	11.309	214.113	240.931

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

Bruno Augusto Pereira Rovea
Diretor Vice-Presidente Executivo

Vitor Hugo Dall'asta Filho
Diretor Vice-Presidente

Lugindo Dall'asta Junior
Diretor Vice-Presidente

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente Financeiro Sênior
CRC 1SP321353/O-4